

Alfredo Pimenta

e 1383-1385

Alfredo Pimenta é uma das mais controversas figuras das nossas Letras contemporâneas. Historiador, pensador, poeta, polemista, publicou uma centena de trabalhos que são o espelho da sua riquíssima personalidade¹. Como cultor de temas históricos, deixou-nos títulos como os *Elementos de História de Portugal*, os *Subsídios para a História de Portugal*, o *D. João III*, a *Idade Média*, os vários fascículos dos *Estudos Históricos*, e as *Fontes Medievais da História de Portugal*², obras que, no dizer de José Mattoso, «mereceriam uma análise imparcial»³. Sobretudo um medievalista, recorda Veríssimo

¹ Sobre a sua figura ver, entre outras coisas, a recente homenagem prestada pela revista que fundou e abrilhantou: *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XXXIII, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães, 1982.

² Para um conhecimento pormenorizado da sua bibliografia histórica, consulte-se Maria Teresa Viegas Pimenta, «Alfredo Pimenta e o seu contributo para a História — Achegas para a sua bibliografia», *ibid.*, pp. 292-331.

³ José Mattoso, «Perspectivas actuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383)», *Revista de História Económica e Social*, n.º 9, Sá da Costa, Lisboa, Janeiro-Junho de 1982, p. 151, nota 40. Este historiador, noutra obra sua, refere-se a Alfredo Pimenta nos seguintes termos: «Tenho muitas razões pessoais para prezar mais os valores que reconheço nele do que a identidade ideológica. Quero-me referir ao empenhamento que pôs nos seus compromissos políticos, à paixão com que fez tudo o que realizou neste mundo. Agrada-me reconhecer o seu talento, a sua capacidade crítica, a sua força de carácter, a sua honestidade intelectual» (id., *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal. 1096-1325*, vol. I (*Oposição*), Estampa, Lisboa, 1985, p. 20)

Serrão⁴, teve Alfredo Pimenta ocasião de tocar os problemas inerentes aos acontecimentos de 1383-1385 em vários passos da sua vasta produção. Foco de variadíssimas polémicas, essa época da nossa História muito deve no esclarecimento de alguns dos seus pontos mais controversos a Alfredo Pimenta. Só que, por motivos de ordem vária, que não importa estar aqui agora a esmiuçar, pouco se tem recordado esse facto, mormente nas recentes comemorações centenárias.

O grande trabalho de fundo deste historiador sobre tais acontecimentos, foi uma comunicação que em 1940 apresentou ao Congresso do Mundo Português, publicada primeiro nas respectivas actas⁵, e depois num volume autónomo de trabalhos do autor⁶.

Aqui refere Alfredo Pimenta que em 1383-1385 ainda se não estabelecera em pleno e em definitivo o sentimento nacional, português, aduzindo como prova dessa hipótese que «no espírito do próprio Rei de Portugal [D. Fernando] já se notavam vestígios desse sentimento, quando elle declara que a sua intenção é de que Portugal fique sempre Reino sôbre si; mas não é elle já tão forte, que o iniba de, em determinada hypótese, o considerar de direito pertença do Rei de Castella. O que se passava no espírito do Rei era, afinal de contas, o reflexo ou a imagem do que a população sentia. Portugal oscillava entre as solicitações desse sentimento nascente, ainda sem formação precisa, e a sua incompreensão desse sentimento»⁷.

⁴ Cfr. Joaquim Veríssimo Serrão, «Pimenta, Alfredo», in *Verbo — Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XV, Verbo, Lisboa, 1973, coluna 89.

⁵ Cfr. Alfredo Pimenta, «A crise de 1383-1385. Robustecimento do espírito nacional, consolidação da independência», in *Congresso do Mundo Português (Publicações)*, vol. II (*Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso de História Medieval — II Congresso*), s. e., Lisboa, 1940, pp. 221-246.

⁶ Cfr. id., «A crise de 1383-1385», in id., *Idade Média. Problemas e Soluções*, Ultramar, Lisboa, 1946, pp. 295-315. Usei esta ed. no presente trabalho.

⁷ *Ibid.*, p. 299. Respeitei escrupulosamente a ortografia de Alfredo Pimenta.

Critica depois a ideia manifestada por Fernão Lopes e que vem até aos nossos dias, constituindo autêntico cavalo de batalha de alguns dos mais conhecidos intérpretes dos acontecimentos de 1383-1385, de que «os ricos e poderosos, assi alcaides de castellos como outros fidalgos' eram partidários do Rei de Castella, e 'os poboos porem todos en seus corações eram contra elle e contra a Rainha'»⁸. E comenta: «Recuso-me a subscrever êste juizo, porque é o próprio Fernão Lopes quem o inutiliza, quando nos dá (*ob. cit.*, II.^a parte, cap. 39), a lista dos 'boons e leaes portugueses' que acompanharam o Rei de Portugal, em Aljubarrota. Então nas Côrtes de Coimbra, o Mestre de Aviz não teve a seo lado figuras representativas da Nobreza e do Clero? Os onze Prelados e Abbades, os quarenta e seis nobres que o chronista nos dá presentes a essas Côrtes (*ob. cit.*, I.^a parte, cap. 182) eram todos adversários do Mestre de Aviz, e partidários de D. João de Castella e de sua mulher? E nem todos os adversários do Mestre, ou não partidários, eram forçosamente partidários de Castella. O seo cabecilha era Martim Vasques da Cunha. Êste mesmo, porém, acabou por ceder das suas razoens, e acclamou o novo Rei. Então todos os Prelados e Nobres que assignam o Acto da Proclamação de D. João I eram gente somenos, e não representavam nada na hierarchia social da época? É contra a verdade histórica affirmar-se que os ricos e os poderosos estavam com o Rei de Castella, e só a arraia miuda se colocara ao lado do Mestre de Aviz»⁹. Remata, pois, que «o Estado português estava dividido — por motivos de exegese jurídica de um contrato matrimonial e sucessório, e pela falta de consciência plena da unidade nacional»¹⁰. Sendo o povo português «um povo que se procurava»¹¹, «a crise de 1383 a 1385 é uma crise do Estado, e não crise da Nação que ainda verdadeiramente não existia. Não é o espírito nacional que está em crise; é, sim, a independência do Estado»¹².

⁸ *Ibid.*, p. 302.

⁹ *Ibid.*, p. 302.

¹⁰ *Ibid.*, pp. 303-304.

¹¹ *Ibid.*, p. 304.

¹² *Ibid.*, p. 306.

Quanto à ideia de que a solução encontrada para preencher o trono foi «revolucionária» — outra das até há muito bem pouco tempo «verdades absolutas» sobre 1383-1385 — Alfredo Pimenta é implacável: «Tal juízo é produto de preconceitos subjectivos, instrumento de determinado doutrinarmismo. Basta que a gente se cinja aos textos, para se ver o carácter regular da solução da crise. Revolução? Onde a houve? Nem a morte do Conde de Andeiro foi acto intencionalmente político, nem os tumultos da população assanhada que deram origem aos actos criminosos que tiveram por teatro a Sé de Lisboa, obedeceram a qualquer propósito de resolver a crise do Estado. A volta do Andeiro e de Leonor, nós não estamos sufficientemente esclarecidos. Conhecemos um depoimento apenas — virulento, causticante —, o de Fernão Lopes. E, segundo êsse, as relações entre os dois não podiam ser mais escandalosas. Mas a morte do Conde não teve nada com a crise do Estado: foi uma questão meramente pessoal em que se envolveram, uns, por despeito da sua influência, e outros, ou por antipathia, ou por se sentirem offendidos na sua qualidade de parentes de Leonor Telles ou do Rei D. Fernando. Estava o Andeiro morto, e o Mestre de Aviz foi pedir perdão do que fizera, a D. Leonor Telles, e dizer-lhe 'eu este homem que matei nom o fize por vos fazer nojo nem desmorra, mas fizeo por segurança de minha vida; ca entendia que elle vivesse que minha vida nunca seria segura'. As três mortes, ocorridas na Sé de Lisboa foram — a do Bispo, por os *meneurs* o suporem affeçoado à Rainha e ao Andeiro; a do Prior de Guimaraens, por vingança pessoal de um dos sublevados 'que lhe mall queria'; a do 'coitado do Taballiam', por estar na companhia dos dois. A solução que teve a crise do Estado está pormenorizadamente exposta e esclarecida no discurso ou dissertação do Doutor João das Regras, nas Côrtes de Coimbra. À superfície, mais espectacularmente, vê-se a Revolução de Lisboa, que afinal, nada tem com a solução dada à crise que se desenvolve noutro plano. Mas o Mestre de Aviz não foi Rei por fôrça da Revolução: foi Rei, por fôrça de um direito que as armas apoiaram e consagraram — não em Revolução, mas em batalha campal: Aljubarrota»¹³.

¹³ *Ibid.*, pp. 306-307.

Sobre os «discursos» de João das Regras nas cortes de 1385, Alfredo Pimenta refere que os requisitos que ele apresenta sobre a competência do Mestre de Aviz para o ofício e Rei «são anteriores às Côrtes de Coimbra. Elles encontravam-se todos na pessoa do Mestre de Aviz. Quem o fêz Rei então? Foram as condiçoens imperativas que residiam, na sua pessoa, ou foi o voto das Côrtes? As condiçoens podem agrupar-se em duas categorias: condiçoens pessoais, por natureza; e condiçoens provenientes dos seus actos. As primeiras eram as da boa linhagem, grande coração, amor aos súbditos, bondade e devoção; as segundas estavam na competência com que promovera a defesa do Reino — desde o cerco de Lisboa á organização que delineou. Não foram as Côrtes quem o fêz Rei. Ellas limitaram-se a confirmá-lo e a proclamá-lo. Mas muito tempo antes, na derradeira semana de Setembro de 1384, nos Paços onde o Mestre se encontrava, Nunálvares ajoelhou diante dêste e beijou-lhe as mãos. E no dia 6 de Outubro seguinte, nos mesmos Paços, fidalgos e gente do povo, ‘fezerom preito e menagem ao Meestre como a seu senhor ... e lhe beyjarão a mão por senhor’ (Fernão Lopes, *loc. cit.*, cap. 154). Ora só aos Reis se beija a mão. Não admira pois que ao chegar a Coimbra, em três de Março de 1385, a miudagem das ruas tivesse ido ao seu encontro, ‘com cavallinhos de canas que cada hũu fazia, e nas mãos canaveas com pemdões, correndo todos e bradando: Portugal! Portugal! por el Rei dom Joham! em boa hora venha o nosso Rei!’ (idem, *idem*, cap. 181). Repito: Não foram as Côrtes de Coimbra que o fizeram Rei»¹⁴.

A concluir, refere que «quando o sobrinho do Mestre de Aviz invadiu Portugal, não encontrou a resistência duma Nação; mas esbarrou na resistência dum Rei que soube utilizar magnificamente não só os seus recursos pessoais, mas o que já havia de espírito nacional na população de que era chefe»¹⁵.

Alfredo Pimenta remata o seu artigo com a condensação do que acabara de analisar em quatro pontos: «1.º – O Estado

¹⁴ *Ibid.*, pp. 309-310.

¹⁵ *Ibid.*, p. 313.

Português é anterior á Nação Portuguesa. Aquêlle é obra exclusiva da vontade do Conde D. Henrique, de sua mulher e do seu filho D. Affonso I, secundada pelos esforços convergentes dos Reis seos successores. A Nação é uma consequência do Estado. 2.º) – A crise de 1383-1385 é uma crise do Estado, porque o espírito de nacionalidade ainda não acabara de se formar. 3.º) – O Mestre de Aviz foi o intérprete dos interesses do Estado independente e das primeiras manifestações do espírito nacional. 4.º) – Com a solução que deo a essa crise, robusteceu de tal forma o espírito nacional e consolidou o sentimento da independência, que pôde iniciar definitivamente a prodigiosa obra civilizadora dos séculos XV e XVI»¹⁶.

Noutro trabalho seu, Alfredo Pimenta refere-se a Fernão Lopes: «Embora ele se esforce, como diríamos hoje, por ser objectivo, ('antepoemos a simprez verdade, que a afremosentada falsidade'), é possível que haja no seu relato, composto com o que ouviu, algo de lenda ou fantasia. Devemos ler Fernão Lopes com cuidado. Os seus juízos não são invulneráveis. E como informador de factos, nem sempre é correcto. Ao falar da conquista de Ponte de Lima, por exemplo, altera a ordem dos acontecimentos (Alfredo Pimenta, *Guimaraes*, pág. 18, nota 1). Mas é a melhor fonte portuguesa, a única que legitimamente podemos utilizar»¹⁷.

*
* *

Analisando com um pouco mais de pormenor as ideias de Alfredo Pimenta que acabei de expor, verifica-se o seguinte:

É correctíssimo dizer que em 1383-1385 o sentimento nacional não estava ainda completamente constituído, e que, ao mesmo tempo, essa conjuntura deve ter sido decisiva para a sua formulação. Em trabalho recente, escreveu José

¹⁶ *Ibid.*, p. 315.

¹⁷ *Fontes Medievais da História de Portugal*, selecção, prefácio e notas de Alfredo Pimenta, vol. I (*Anais e Crónicas*), 2.ª ed., Sá da Costa, Lisboa, 1982, p. 310.

Mattoso: «A revolução e a crise de 1383-1385 devem ter desempenhado neste processo um papel extremamente importante, ao transformarem as guerras com Castela num problema nacional. As guerras entre os Reinos tinham sido até ali simples lutas entre senhores. O apelo à nacionalidade, que então se dá não envolve apenas um grupo da nobreza, de vassallos obrigados a combater em virtude de laços de fidelidade, mas toda a população que, segundo parece, se procura envolver por meio de uma autêntica propaganda ideológica. Segundo parece, é também por esta época que os símbolos identificadores do senhorio régio, as armas do Rei ostentadas pelo seu alferes no exército e durante os combates, se apresentam cada vez mais como armas nacionais, e que a sua representação material tende a significar não apenas o poder da autoridade do Rei, mas também a própria identidade dos Portugueses»¹⁸.

Quanto à ideia dos «pobres para um lado, ricos para outro», que Alfredo Pimenta critica, quase nem merece a pena perder tempo com ela. Já em 1930 Jaime Cortesão a contestara¹⁹, e recentes trabalhos de, por exemplo, Maria José Ferro, permitem esclarecer por completo o problema. Ouçamos esta historiadora: «Podemos dizer que nobreza, povo e clero estiveram ao lado do Mestre. A cisão deu-se na verticalidade, abarcando elementos das três condições sociais, e não na horizontalidade. A nobreza da dinastia de Aviz não foi só uma nobreza de 'homens novos', tal como não é verdade que a nobreza de linhagem tivesse servido exclusivamente a

¹⁸ José Mattoso, *O Essencial sobre a Formação da Nacionalidade*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.l. [Lisboa], 1985, pp. 61-62. Ver ainda Maria José Pimenta Ferro Tavares, «Os estratos sociais em 1383-1385», *Beira Alta*, vol. XLIV, fasc. 2, Assembleia Distrital de Viseu, Viseu, 1985, p. 244, e para um aprofundamento da questão, Martim de Albuquerque, *A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio de História das Ideias Políticas*, vol. I, s.e., Lisboa, 1974.

¹⁹ Cfr. Jaime Cortesão, «Os factores democráticos na formação de Portugal», in id., *Obras Completas*, pref. de Vitorino Magalhães Godinho, vol. I, 2.^a ed., Horizonte, Lisboa, 1974, pp. 146-156. Sobre a «tese» deste autor, ver Maria José Pimenta Ferro Tavares, «Jaime Cortesão: a revolução de 1383 e Álvaro Pais», in *Cidadania e História. Em Homenagem a Jaime Cortesão*, Sá da Costa, Lisboa, 1985, pp. 111-125.

causa de Castela. As solidariedades davam-se, nesta altura, na vertical, e é assim que devemos compreender toda esta movimentação de nobres»²⁰. Igualmente «encontramos solidariedades verticais que vêm não só a partir do Mestre mas, portanto, a descer inclusivé até pessoas que não pertencem à nobreza — são 'homens de alguém' mas que nós sabemos que não são nobres e que seguem o seu senhor, seja um escudeiro, seja um honrado da cidade, seja um outro nobre. Sabemos inclusivamente que o próprio clero se fracciona. Se fracciona a nível de altas hierarquias e também a nível de pequenas hierarquias. Temos abades que seguem a Rainha, temos simples priores de uma freguesia qualquer que seguem também a Rainha. Eles seguem afinal o seu senhor. [...] Fosse o seu senhor um honrado da cidade, fosse o seu senhor um homem da pequena nobreza ou da alta nobreza. [...] Tive possibilidades documentais de ver, que havia indivíduos que, não sendo da nobreza, seguiam a Rainha só porque o seu senhor era da Rainha. Portanto, existe povo miúdo, existe burguesia, existe pequena nobreza e alta nobreza ao lado da Rainha; existe povo miúdo, existe burguesia, existe pequena nobreza, existe alta nobreza, ou existe baixo clero e alto clero, ao lado da Rainha e do Mestre. Isto foi aquilo que a documentação me deu; em determinados aspectos, também aquilo que Fernão Lopes diz, quer as pessoas queiram, quer não»²¹.

É igualmente evidente, por outro lado, a crise, o Estado em 1383-1385. A fraqueza das estruturas políticas explicam grandemente a situação de crise então vivida. Como escreveu Maria José Ferro, «apesar de Fernão Lopes e as cortes de 1385 afirmarem a aversão popular ao casamento real e às relações Rainha-Andeiro, julgamos que esta justificação, se o pretende ser, é insuficiente para explicar toda a instabilidade

²⁰ Maria José Pimenta Ferro Tavares, «A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385», *Revista de História Económica e Social*, n.º 12, Sá da Costa, Lisboa, Julho-Dezembro de 1982, pp. 82-83.

²¹ Id., «Debate em torno da comunicação do Prof. Doutor José Mattoso e dos painés sectoriais», in *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV. Jornadas de História Medieval. Lisboa, 20 a 22 de Junho de 1985. Actas, História & Crítica*, Lisboa, 1985, pp. 407-408.

social que reina de norte a sul de Portugal, durante o governo de D. Fernando. O assassinio de homens da nobreza, de oficiais régios, a existência de bandos armados, a deserção de escudeiros e besteiros do almirante, no Algarve, a não contribuição com remeiros para as galés reais que iam partir para a guerra, por parte do concelho de Atouguia, são algumas provas da desagregação do poder político e da sociedade medieval portuguesa que fatalmente teriam de desembocar em 1383 e num novo Rei»²².

A «revolucionaridade» da solução adoptada em 1385 vem sendo defendida desde há muito por analistas de diversos quadrantes ideológicos. Contudo, se formos ver bem as coisas, pouco mudou de antes para depois desses acontecimentos. «Este [o conceito de 'revolução'] implica mudanças estruturais que de modo algum se verificaram, apresentando-se o século XV como o prolongamento natural, quer na economia, quer na sociedade, da centúria anterior. Apenas pela acção da força se recusara a Rainha legítima ou o seu filho e se colocara no trono um infante bastardo que, por acaso, encabeçara os revoltosos populares, e da nobreza. Não creio que um outro conceito explique o que na realidade se passou. A situação de ruptura política era anterior à morte de D. Fernando e datava praticamente da 1.^a guerra com Castela, do casamento com Leonor Teles e da tentativa de se impôr uma política continental, pró-Castela, a um povo que, há um século, se encontrava virado para uma política atlântica. Igualmente de confronto, de luta contra a miséria e a opressão eram as relações entre camponeses e senhores, pobres e ricos, povo miúdo-oligarquia urbana, não privilegiados-privilegiados. Penso que o ocorrido em 1383-85 deverá ser entendido dentro dos acontecimentos similares que tiveram lugar na Europa de trezentos: revoltas urbanas, e rurais, às quais foi acrescentado o grito por Portugal. Não é somente um movimento nacional: mas é-o também uma luta pela conquista do poder por parte do povo miúdo de Lisboa; pela implantação de

²² Id., «A revolta dos mesteirais de 1383», in *Actas das III Jornadas Arqueológicas. 1977*, vol. I, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1978, pp. 364-365.

uma Monarquia 'à inglesa' em Portugal; pela libertação dos trabalhadores rurais; pela luta contra o privilégio; por uma mais justa repartição fiscal»²³.

Também Marcello Caetano²⁴, e, na sua esteira, Carvalho Homem²⁵, salientam que, tendo o Mestre de Aviz chamado para a administração homens novos, vai entre 1384 e 1391 recuperar os maiores valores da orgânica fernandina, precisamente porque os primeiros se haviam revelado inexperientes. Onde está a «revolução»?

No que diz respeito à crítica a Fernão Lopes, já em 1947 Salvador Dias Arnaut assinalara alguns erros do cronista na sua narrativa²⁶. Seguiram-se-lhe, para além de Alfredo Pimenta, Maria José Ferro²⁷, e Baquero Moreno²⁸. A autora d'*A Nobreza no reinado de D. Fernando ...* salienta outro aspecto que não pode ser olvidado, e que de certa maneira confirma aquilo que o erudito historiador vimaranense já detectara: «Fernão Lopes deve ser lido com o espírito crítico de qualquer outra fonte e não como se fosse uma 'bíblia'. Sem pretendermos pôr em causa o seu valor, pois não é disso que se trata, não nos podemos esquecer que ele foi o único cronista que teve como objecto da sua narrativa movimentos populares vitoriosos e um Rei, iniciador de uma nova dinastia, mas de origem bastarda e cabecilha desses revoltosos»²⁹.

Não quero terminar sem deixar uma breve nota em relação a dois pontos referidos por Alfredo Pimenta e que

²³ Id., «Painel final», in *1383-1385 e a crise geral ...*, p. 408.

²⁴ Cfr. Marcello Caetano, «As cortes de 1383», in id., *A Crise Nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu Estudo*, Verbo, Lisboa e S. Paulo, s. d. [1984], pp. 66-70.

²⁵ Cfr. Armando Luís Carvalho Homem, *Debate em torno da comunicação do Prof. Doutor José Mattoso ...*, p. 414.

²⁶ Cfr. Salvador Dias Arnaut, *A Batalha de Trancoso*, Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1947, pp. 57-60.

²⁷ Cfr. os estudos citados nas notas 20 e 22.

²⁸ Cfr. Humberto Baquero Moreno, «Introdução», a Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, parte I, ed. pref. por António Sérgio, Civilização, Porto, 2.ª ed., 1983, pp. IX-XXX.

²⁹ Maria José Pimenta Ferro Tavares, *A nobreza no reinado de D. Fernando ...*, p. 46.

podem ser — porque o são! — controversos: o pedido de auxílio do Mestre de Aviz a D. João I de Castela quando D. Fernando faleceu, e a somenos importância das cortes de 1385 na definição da realeza de D. João I.

Em relação ao primeiro, Alfredo Pimenta faz-se eco de Lopez de Ayala, o cronista castelhano, o qual conta que, mal D. Fernando morreu, uma série de fidalgos portugueses, com o Mestre de Aviz à testa, escreveu a João I de Castela aconselhando-o a romper o tratado de Salvaterra e a invadir Portugal³⁰. Fernão Lopes nada diz sobre o assunto, o que não é para admirar. Resta saber contudo se é verdadeiro ou não o episódio narrado por Ayala, muito interessado, sublinhe-se, em fazer o contrário daquilo que o cronista português fez, isto é, denegrir o Mestre de Aviz. Nunca tendo existido cronistas irrepreensíveis, Ayala, como Fernão Lopes, não o foi. O que o crítico actual deve fazer é registar a afirmação do castelhano e a omissão do português, e explicar porque é que tal se verifica. Fora isso, nada mais lhe é autorizado, pois na realidade tanto se pode ter dado o que Ayala diz como não.

Em relação ao outro aspecto: a realeza de D. João I é ou não anterior às Cortes de 1385? Alfredo Pimenta, como se viu, pensa que sim. Contudo, em 1951, Marcello Caetano negou tal ideia, escrevendo: «Ora a verdade é que o auto da eleição é bem claro ao consignar que as cortes 'outorgaram' ao Mestre 'que se chamasse Rei' requerendo-lhe depois que 'acesse e tomasse em si nome, dignidade e honra de Rei' [...]. Nenhuma dúvida legítima pode, portanto, prevalecer sobre a origem do título de Rei usado por D. João I»³¹. Mais recentemente, Salvador Dias Arnaut³² e Valentino Viegas³³ retomaram, ainda que sem a citar, a «deixa» de Alfredo

³⁰ Cfr. Alfredo Pimenta, *A crise de 1383...*, pp. 299-300.

³¹ Cfr. Marcello Caetano, *ob. cit.*, pp. 43-44.

³² Cfr. Salvador Dias Arnaut, «Os documentos do Mestre de Avis. Breves notas», *Revista Portuguesa de História*, tomo XVII, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1977, pp. 348-349.

³³ Cfr. Valentino Viegas, *Lisboa, a Força da Revolução (1383-1385). Os Documentos comprovam Fernão Lopes*, Horizonte, Lisboa, 1985, pp. 161-167.

Pimenta. Num debate com o segundo desses historiadores, Maria José Ferro reduziu a nada, parece-me, tal ideia, ao argumentar: «Há documentos que o referem como senhor e Rei, mas isso é o formulário. E aqueles em que ele aparece como Rei, não sei se o poderemos afirmar — já *Alfredo Pimenta falou nisso* — assim tão linearmente. Há uma coisa que eu tenho a certeza: nessa renovação da menagem ele passou a ser governador, mas não tenho a mesma certeza quanto ao título de Rei. E isto porque nós temos cópias de documentos, o copista que fez a transcrição da chancelaria de D. João I era um copista do tempo de D. Afonso V e quando pensava em D. João I, pensava-o como Rei. Portanto, o mais normal é que em documentos onde deveria surgir o título de Mestre, surja, na transcrição, o de Rei»³⁴.

*
* *

A concluir: quarenta e sete anos nos separam do estudo de Alfredo Pimenta sobre 1383-1385. Independentemente de se concordar ou não com as várias ideias aí expressas, parece-me ser inegável a influência das mesmas em autores recentes. Contudo, como já disse no início deste trabalho, poucos têm sido os que reconhecem esse ascendente³⁵. Podemos dizer que a historiografia tem hoje novas perspectivas de análise das tramas do passado que Alfredo Pimenta não possuía. É certo, e mal seria se assim não fosse, se a ciência histórica em quase meio século nada tivesse evoluído. Pode-

³⁴ Maria José Pimenta Ferro Tavares, «Mesa redonda. 1383: as teses em presença», *História & Crítica*, n.º 12, Lisboa, Maio de 1985, p. 37. (*Sublinhados meus*). Uma síntese da problemática levantada na historiografia portuguesa desde Marcello Caetano a respeito dos «discursos» de João das Regras em 1385, em Nuno Espinosa Gomes da Silva, «O discurso do Doutor João das Regras nas cortes de Coimbra de 1385. Dúvidas e observações», *Scientia Iuridica*, tomo XXXIII, n.º 191-192, s.l., Setembro-Dezembro de 1984, pp. 464-489.

³⁵ Justiça seja feita a Maria José Ferro. Cfr. o texto da citação anterior.

mos igualmente inserir o autor de *D. João III* numa corrente historiográfica que se preocupava em justificar o presente pelo passado. Contudo, não podemos negar ao antigo director da Torre do Tombo a sua clara intuição de problemas até então só ocasionalmente levantados pelos historiadores, e que levariam geralmente muitos anos a serem novamente estudados, agora sob diferente perspectiva.

Sem estar, por outro lado, a querer negar a indubitavelmente importante contribuição de homens ideologicamente no pólo oposto ao de Alfredo Pimenta, para o levantar de várias questões ligadas a 1383-1385, sobretudo a respectiva inserção no condicionalismo europeu geral³⁶, parece-me que é ser-se demasiado parcial, e sobretudo injusto para com o ilustre vimaranense, estar a deixar na penumbra o seu contributo para a reflexão de problemas que a todos nos interessam.

Paulo César Drumond Braga

³⁶ Penso quer em Jaime Cortesão, aqui citado, e em António Sérgio, «Sobre a revolução de 1383-1385», *Ensaios*, ed. crítica, tomo VI, Sá da Costa, Lisboa, 1971, pp. 121-160, e bem assim nos autores ligados ao materialismo histórico: Joel Serrão, *O Carácter Social da Revolução de 1383*, 2.^a ed., Horizonte, Lisboa, 1976; Álvaro Cunhal, *As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média*, Estampa, Lisboa, 1975; A. Borges Coelho, *A Revolução de 1383*, 4.^a ed., Caminho, Lisboa, 1981; Armando Castro, *A Evolução Económica de Portugal nos Séculos XII a XV*, vol. XI, Caminho, Lisboa, 1979.